

A GÊNESE DA NAÇÃO BRASILEIRA E ALGUNS DE SEUS IMPASSES: TENTATIVA DE COMPREENSÃO

João Carlos Felix de Lima³⁷

RESUMO

O que se segue é uma tentativa de leitura do novo livro de Francisco Weffort, tomando como parâmetro outros textos com o mesmo índice de leitura da formação da nação brasileira, e que se circunscrevem na pergunta do que é ser brasileiro, pela via da cultura e da história do Brasil, bem como de sua violência constitutiva.

Palavras-chave: Brasil; Ser brasileiro; Cultura brasileira.

ABSTRACT

What follows is an attempt to read of the new book Francisco Weffort, taking as parameter other texts with the same reading level of formation of the Brazilian Nation, and not going beyond the question of what is being Brazilian, via the culture and history of Brazil, as well as its constitutive violence.

Key-Words: Brazil; To be Brazilian; Brazilian Culture.

Introdução

Antes de ir propriamente ao livro que nos propomos analisar, seria bom, antes dimensionar como outros livros com temática semelhante captaram os movimentos que Francisco Weffort procura retrair dentro de seu esquema interpretativo.

O tema da nação brasileira já foi objeto de inúmeros ensaios e textos importantes no Brasil, ao longo de toda a sua existência, e principalmente a partir do final do século XIX. Como assunto, no entanto, poucas vezes a nação, como índice de compreensão de si mesma, teve tanta importância quanto no início do século XX. Segundo uma leitura compreensiva desse período, especialmente a partir da Revolução de 30, é que surgem, com grande prodigalidade, inúmeras *interpretações* do Brasil. O filósofo Paulo Eduardo Arantes fala mesmo do *boom* intelectual que sua geração, e a anterior, viveu, na perspectiva de ver o país compreendido. Na sua percepção, é flagrante a “ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*” (ARANTES, Apud D’INCAO et SCARABÔTOLO, 1992, p. 229). Presentificar esse sentido de continuidade é o desafio a que

³⁷ Doutor em Teoria da Literatura pela Universidade de Brasília

se vêm obrigadas muitas gerações de intelectuais brasileiros, e os termos que usa Arantes dão precisamente o sentido de que, embora tentemos identificar a dimensão real desse processo, ainda nos falta aquilatar de que modo a linha da História demarcou os modos de ser do brasileiro.

Não é difícil compreender isso à luz da história brasileira contemporânea. Desde os pensadores românticos, especialmente da Geração 70, e a partir da criação da USP em 1934 e, com ela, inúmeras outras Universidades também gestadas nesse tempo, é que se dá impulso às reflexões jungidas nesse todo ainda amorfo da sociologia do brasileiro. Em parte também, esse repensamento ganha contornos especiais nesse tempo porque inúmeros intelectuais brasileiros, com algum contato com teorias antropológicas recentes, passam a repensar os índices da nação brasileira sob outros vieses, não para corroborar teorias que indicavam a degenerescência racial do Brasil, mas pelo aproveitamento das culturas aqui implantadas. Tal é o caso de um dos principais livros, publicado em 1933, *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, cuja matriz reflexiva se deu em contato com as teorias de Franz Boas, antropólogo norte-americano. O livro de Freyre norteou inúmeras outras pesquisas, não mais, como no século XIX, lendo a constituição brasileira como raça *falhada*, provocada pela miscigenação. “Foi o estudo da Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro *me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural*”, revela Gilberto Freyre no prefácio à 1ª edição do livro (SANTIAGO, 2002, v. 2, p. 127, grifos meus).

O processo sobre o qual este país foi erigido – suas marcas descontínuas, ainda visíveis na sua geografia, suas forças interrompidas, sucessiva e erosivamente – é o motor de inúmeras visões que essa formação aventa. Marca de indefinição a que intelectuais brasileiros, motivados em entendê-la, se viram obrigados a responder, e, ela mesma, subscrita em todo o pensamento social brasileiro. Arantes nos isenta de citar de cabeça os exemplos:

Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo, Formação política do Brasil, Formação econômica do Brasil, Formação do patronato político do Brasil* etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem

ênfatizada no título, como *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil* (ARANTES, Apud D'INCAO et SCARABÔTOLO, 1992, p. 229).

Esta “cifra” exprime uma “experiência intelectual básica”, que é brasileira, como encara Arantes, de uma sociedade preocupada em *se* interpretar e em *se* conhecer, isto por uma percepção que tenta entender a enigmática do que nos *constitui* e nos *forma* enquanto nação. Não apenas isto, mas há também, nessa perspectiva compreensiva do caso brasileiro, e de todas as nações cuja colonização é recente, como as Américas, uma ainda que *virtual possibilidade* de solucionar os problemas do país, a partir de sua compreensão e entendimento. Conscientes e ao mesmo tempo incomodados com esse estado de coisas, alguns desses intelectuais acabaram não se contentando somente à vida acadêmica e expandiram seu campo de atuação para a vida política, na medida mesma em que a simples compreensão desses problemas, paradoxalmente, demonstrava, de algum modo, sua quase real incapacidade de mudar o que quer que seja. O caso de Florestan Fernandes é paradigmático nesse sentido: da práxis *intelectual* ele passa à práxis *política* efetiva, elegendo-se deputado constituinte em 1986.

E, por isso, a geração que cresceu lendo *Casa grande & senzala, Raízes do Brasil* ou *Formação do Brasil contemporâneo*, acostumou-se a pensar o Brasil sob pontos de vista completamente renovados; e aproveitaram esse mesmo aporte no afã de conduzir a discussão com os olhos voltados para o país. Foi assim com o grupo da revista literária *Clima*, ou, sob outro prisma, o grupo de poetas concretos, na década de 50, reunidos na também revista literária *Noigandres*. Foi assim ainda com os centros de estudos universitários, como o CEBRAP, dentre outros. Tal também com a geração seguinte, que viu rebentarem forças de entendimento de questões cruciais. Heloísa Pontes aponta que aqueles homens “forneceram a matriz intelectual necessária para um balanço sem complacência do nosso passado, que a geração de Antonio Candido tratou de implementar a partir dos anos 40” (PONTES, 1998, p. 213). Na perspectiva da Teoria Social, foi o “ensaio” um dos modos utilizados tanto por eles, quanto pelas gerações seguintes para repensar essas questões; “[esses intelectuais] fizeram da crítica a modalidade privilegiada para expressarem a mentalidade universitária da época, construíram suas trajetórias profissionais na interseção do jornalismo cultural com a universidade, revelaram-se expressões maiores da intelectualidade brasileira” (*Idem*, p. 214).

O caso da literatura é bastante coerente e explicativo desse estado de questões. Antonio Candido dirá que no Brasil “tudo se banhou de literatura, desde o formalismo

jurídico até o humanitário e a expressão familiar dos sentimentos”³⁸, e não seria difícil perceber que por essas relações teóricas estarem tão amalgamadas ao literário é que a ideia de nação dela decorrente seja, ainda, tão forte e tão presente nos laços históricos que enfaixam o país. Por isso, a imbricação com o romantismo brasileiro é, talvez, apenas uma consequência disso aqui auscultado³⁹. Imbricação que se resvala contundentemente com o Modernismo paulista, de que dá testemunho o livro de Heloísa Pontes.

Assim, passa pelo literário o aporte dessa mirada interpretativa, cujos caracteres estão inscritos na posição de nossos intelectuais, ou seja, em como se deu sua resposta aos dados do mundo que os cercava, o horizonte da presença histórica que, por assim dizer, os delimitava. Candido dá inúmeros exemplos, desde a colonização até os modernos paulistas, ora denunciando sua dupla fidelidade (quando se voltavam ora para o Brasil, ora para Portugal, como é o caso dos poetas árcades no século XVIII), ou aquilatada por consciências talvez mais críticas, mais reflexivas, como parece ser a Geração70, dentro do romantismo brasileiro, que deságua nos Modernismos.

Acreditamos que é isso que alguns críticos literários – possuídos dessa ideia básica indicadora de nossa constituição cultural eminentemente literária, como vimos – pensam, quando partem dos problemas literários *strictu sensu* para reflexões de âmbito mais generalizantes acerca da História Brasileira.

Por isso, o novo livro de Francisco Weffort, *Espada, cobiça e fé*, coloca desde já vários problemas que estão na ordem do dia e cujo principal deles seria: por que retornar ao tema, já por demais, talvez, batido, da questão de nossas origens? Um livro com temática semelhante, envolvendo áreas diferentes da formação do autor – que é cientista político –

³⁸ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes” in: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, p. 180. Ainda nesse contexto, Candido dirá: “lembro também de um artigo de Plínio Barreto, de 1937 ou 1938, no qual dizia que na geração anterior todo jovem sonhava entrar na vida intelectual com um livro de poesias. Mas depois de 1930 o sonho era publicar um livro de sociologia” in: *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 16 n. 47, p. 6. Fica claro que o movimento da chamada Revolução de 1930 foi definidor de uma nova época no (re)pensamento do Brasil, tempo de onde emerge a maioria dos textos que costumamos considerar como partidários dessa vertente interpretativa, de que Gilberto Freyre, Sérgio B. de Holanda e Caio Prado Jr. são representativos.

³⁹ Cf. BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. São Paulo: Polis, 1979; RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2010; SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991; CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

como, por exemplo, a história da literatura, ou os estudos etnológicos, talvez não ganhasse o mesmo status, hoje, se considerássemos os pormenores que envolvem a criação cultural da nação e a incompletude desses mesmos estudos no âmbito mundial. Muito embora tantos esforços já se tenham feito no sentido de elucidar os pontos nodais dessas áreas específicas, nelas muito ainda há por fazer. Mas será assim na história? Mais: será assim nos estudos de política?

É forçoso dizer que sim, mas isso varia muito com a perspectiva adotada. No entanto, sabe-se que nem os estudos de política, nem os estudos de história se ressentem de textos que consigam dirimir completamente as dúvidas que ainda cercam a formação do país no âmbito de sua mundialização, que seja, na virada do século XV, e dentro do enorme século XVI. No entanto, soaria falso dizer que o livro é uma novidade. Melhor seria indicar, para além de qualquer caracterização prévia, que o livro chega em um momento auspicioso, mas, ao mesmo tempo, temerário. Falando em mundialização, as (salutares) manifestações recentes ganharam mundo, expondo as fragilidades, as inconsistências e as incongruências que ainda circulam a vida política do país.

No entanto, alguns desses grupos, talvez, tenham escapado ao seu próprio controle, antes apoiados na força da máscara ou no isolamento da falsa identidade na internet. Importa entender como esse represamento psicológico, antes depurado em séculos de silêncio, vem mostrar, para além de qualquer imagem, a força do país, ainda talvez, entorpecido. Qualquer um que tenha, recentemente, pedido algum serviço no “padrão FIFA” sabe disso na pele.

O contexto em que se insere o livro, ainda, vem mediado pela violência como o mercado acachapa as instituições nacionais, o retorno da (nem tão) velha inflação, inúmeras tentativas de congelamento de preços; fenômenos que indicam, vez mais, a tentativa de o Estado dar as cartas na condução do país. Recentemente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao discursar a respeito dos 25 anos da Constituição, disse que os tempos não devem ser encarados com temor, especialmente no Brasil, deveriam, antes, segundo ele, ser encarados com olhos de esperança e convicção no futuro da nação. Quiçá. O receio de muitos, nesse momento, ancora-se na multitude de vozes que ainda não foram ouvidas e nas muitas que ainda se farão ouvir nas ruas, bem como, claro está, na ordem internacional.

Daí que fica atravessada a pergunta: como entender o retorno ao tema da formação de um Estado, como o Brasil, no século XVI. Acredito que a resposta vem bem no bojo disso tudo que se discutiu até aqui: além do natural fascínio que o assunto gera, o espaço de hoje é

propício para esta redefinição de valores, e o tempo é agora. Pelo menos é essa a sensação de alguns homens de pensamento no Brasil.

Pois bem, segue ainda irrespondida a pergunta de por que mais um livro cujo teor é a formação do Brasil. Se o leitor permitir adiantar algo de seu conteúdo, as primeiras 50 páginas são bastante convencionais. Narram a chegada, o aportamento em terras brasílicas, o contato com os indígenas, enfim, o ramerrão do que já estudamos a vida toda na escola. Fica a sensação de *deja vu*.

Por isso, o leitor deve especial atenção ao papel das epígrafes do livro. Elas mostram muito do que está por vir; têm, por assim dizer, um endereçamento certo em seu desenvolvimento. Ambas, aliás, se originam de autores do âmbito dos estudos literários, Walter Benjamin e William Faulkner. É Benjamin que o diz: “não existe documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie”. A outra epígrafe, de Faulkner, esclarece as linhas de continuidade do livro: “o passado não está morto e enterrado: na verdade, ele nem mesmo é passado”.

Nelas, se indica o itinerário do passado como chancela do presente, como carimbo, ou marca, do que concerne ao que se é, e ao que se deseja ser também. De um tempo também que insiste em prolongar os braços e tocar os acordes de tempos que parecem findos. No caso de Benjamin, fica claro que os documentos de cultura atravessam e trazem, consigo mesmos, toda a bagagem da derrota e da barbárie que os caracteriza. O texto, retirado das famosas teses sobre a história, a 7ª tese especificamente, indica isso. Esse e outros textos do famoso autor alemão foram lidos e trelidos com muito ardor por uma grande parcela das esquerdas no mundo, e imagina-se que continue seguindo assim hoje. No caso da outra epígrafe, o que ali se expõe tem conteúdo correlato e indica a presença em *negativo* do passado pela recorrência de algo que simplesmente não se foi.

Eliot dizia, em um de seus belos poemas, que os termos “futuro”, “passado” e “presente”, talvez, fizessem parte do mesmo contínuo *atual* de tempo. Isso nem sempre é lido de modo tão lógico, porque talvez mesmo não faça sentido, mas, se alguém ainda considera que o passado tenha morrido para sempre, deveria observar as nuances do tempo de uma nação como o Brasil, tão nova no calendário da História, que denunciam, uma vez mais, a permanência de um tempo apenas considerado como ido. De algum modo, ensejando também uma resposta a isso, e afim à sua teoria da história, é que Weffort sintetiza muito bem esse

raciocínio: “as mudanças muitas vezes se acrescentam ao passado, raramente o suprimindo” (WEFFORT, 2012, p. 19).

Essas são as duas sugestões do livro, que mereciam algumas poucas palavras, já que o projeto de Weffort é exatamente trazer à tona *gestos, vontades, nuances, comportamentos* evocados no passado, no entanto, *sentidos* ainda hoje no *modus vivendi* do *Homo brasiliensis*. É esse evento de continuísmo que faz o livro tão interessante frente à bibliografia mais antiga, e seu subtítulo é sugestivo, nesse sentido: trata-se de três entes consistentes na formação das nações à deriva nesse momento singular da História mundial, que é o período das colonizações. Esse momento é marcado por uma ambiguidade de “nascimento”: ao descobrir, o europeu desvelava e, ao mesmo tempo, “recusava” a “alteridade humana” ali contida (TODOROV, 1993, p. 47). Não foi outro o sentimento do português, para além de qualquer caracterização posterior que dos nativos se fizesse; eles deram cabo ao nítido estranhamento desse outro, sob o forçoso trabalho escravo e equivalente extermínio das populações indígenas.

Como experiência anterior, e bem próximo do que portugueses e espanhóis conheciam como “descobrimento”, segundo Weffort, foi a Reconquista ou retomada da península ibérica dos conquistadores árabes, começada no século VIII e terminada seis séculos depois, com a “tomada de Granada pelos cristãos”, o que, na data, coincide com a chegada de espanhóis do outro lado do atlântico, 1492. Essa é a marca mais evidente de uma reviravolta no tempo, no início desses novos tempos. Cabe acrescentar que o projeto mais íntimo, segundo historiadores do período, pelo menos no que concerne a Colombo, seria que a trajetória desvelada pelas navegações compreendesse, em três anos, o preparo e a conquista da Terra Santa. Essas são questões que apenas se adiantam ao andamento do livro como um todo, preparam, por assim dizer, o solo do que virá, e demonstram em que medida certa mentalidade abrange o complexo termo “colonização”.

Para chegar, porém, ao eixo cognitivo do ensaio de Weffort, cabe antes indicar como se processa seu raciocínio dentro da lógica que, assim parece, se guia com as epígrafes destacadas. Na primeira parte do livro, o cientista político delinea as heranças ibéricas, dando conta, nesse ponto, da mentalidade dos homens que vinham com as embarcações, mentalidade essa que estava cingida pelo “maravilhos[o]”, nas palavras de historiadores como Stephen Greenblatt, Todorov e Mary Del Priori, para ficar em três exemplos recentes na bibliografia do assunto. No caso português, que nos interessa mais de perto por ora, sua visão vinha

demarcada por um “realismo esmagador”, nas palavras de Guilherme Gucci (GUCCI, 1992, p. 19 e 26). O autor ainda apõe outra condicionante que acaba desafiando o senso comum, ou seja, o de que a empresa descobridora, por fim, tinha a intenção não de “conhecer”, mas de “comprovar” componentes daquela mentalidade apontada acima; daí, também, a força do imaginário que conhecia desde as epopeias gregas, os textos de autores italianos, como Dante, até as maravilhosas histórias de além-fim de mundo da Idade Média, ainda em perfeito crédito naqueles dias, espécies condutoras, por assim dizer, da ótica descobridora.

Dada a interessante e, por vezes, terrível experiência em terras alheias, os portugueses se viram no ímpeto de demonstrar como eram seus achados na Europa, tal que levaram muitos índios das tribos tapajós e caetés a Marselha, a Bordeos, a Havre e a Dieppe, algumas das Cosmópolis da época: era a demonstração cabal de algo inteiramente novo, por assim dizer, quase sobrenatural. É sabido o quanto isso influenciou o pensamento ocidental, em parte, por conta da experiência de pensamento de alguns homens da Europa, bem expressa, por exemplo, na consciência de Montaigne em contato com os índios na Corte francesa, de tal que Alfredo Bosi chega a dizer que houve um movimento de “fratura” nesse mesmo pensamento, ao se “defront[ar] com aquele *outro* ao mesmo tempo estranho e belo, próximo das origens e da natureza, inocente ainda, mesmo quando ‘bárbaro’” (BOSI, 2010, p. 14). Qual não seria diferente quando outro francês, Claude Lévi-Strauss, chega igualmente a conhecer não um, mas várias tribos indígenas, declarando, depois de conhecer já um bocado desse passado que se mostrava a ele nu e cru no Brasil: “o que nos mostrais, viagens, é nossa imundície atirada à face da humanidade” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 35). Em ambos, homens da mesma nação europeia, o anúncio da mesma consciência fraturada. Em ambos, o passado e o presente amalgamados numa síntese triste e pesada, mas bem atual. Que sorte pode tornar paralelos movimentos tão díspares na síntese histórica que se atrela aqui à multitudine de vozes que povoa as duas nações?

O ensaio de Weffort ganha teor específico, como disse, passada a primeira quarta parte das páginas. É quando, por exemplo, ele fala do personalismo reinante nos movimentos de Entrada para o país. Tema também bastante ponderado pelas ideias dos “formadores” ou “intérpretes” do Brasil (expressão de Fernando Henrique Cardoso adotada por Silviano Santiago), como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, citados nominalmente neste ponto do ensaio, e que se vai refletir longitudinalmente em diversos outros pensadores do

Brasil, como Roberto da Matta, no seu notável *Carnavais, heróis e malandros*, na explicitação de uma sociologia do brasileiro e de seus dilemas.

Acontece que, explica Weffort, dadas a extensão e os perigos que aguardavam os viajantes ao interior, uma coisa ficaria muito clara a eles: na posse da terra, de algum modo, o conquistador haveria de (ter) de demonstrar formas de hierarquia, que ao mesmo tempo são formas de poder, havidos por uma atroz agressividade. Por isso, durante muito tempo, o “caudilho”, termo inventado nesse tempo, vai ser a figura da hora. Apoiado pelo poder de mando, pela regência da terra, sua relação com os outros será pautada pelo mais puro e acerbo personalismo, bem expresso por Da Matta na frase “*você sabe com quem está falando?*” Weffort dá a exata noção disso que falamos, hierarquizando todo o processo historicamente: “nascida da conquista, essa estrutura social projetou-se, em primeiro lugar, na aristocracia da colônia. Em épocas posteriores vieram alguns dos seus desdobramentos, na aristocracia do Império, na ‘guarda nacional’ e no ‘coronelismo’ da Velha república”. São tradições caudilhas de que “vem se alimentando o personalismo político característico da política brasileira de todos os tempos” (*Idem*, p. 176-177). Interessante ainda notar que nas Entradas, termo compreendido como momento posterior à posse das terras do litoral, muita mão de obra indígena fora usada.

A mentalidade colonial – enfatiza o Autor – perfaz todo o tempo de estabelecimento das cidades; primeiro pela costa, depois a marcha para o oeste. Dada a importância do *homem*, daí o personalismo reinante, em *oposição* às instituições, criou-se, segundo Weffort, uma subcultura do “jeitinho”, do *arreglo* argentino, deplorado pelo filósofo Blaise Pascal como “marca de imoralidade”. Um universo hierarquizante, como diria Da Matta, muito diferente da cultura originária nos nossos vizinhos do Norte, onde, segundo ele, eles estavam muito bem relacionados com as (muitas) leis que (ainda) funcionam, ao contrário dos daqui, que se relacionam muito mal com as leis que (pouco) funcionam. Talvez seja daí a eficiência de um mecanismo de compensação que o brasileiro inventou, indicador, ele mesmo, das questões presentes hoje quando se horizontaliza o sentido do Brasil ou do brasileiro: “aos bem relacionados, tudo; aos indivíduos (os que não têm relações), a lei” (DA MATTA, 1980, p. 20). Dispositivo que marca mais de uma diferença acentuada entre o caráter de um e de outro indivíduo nessas duas sociedades, do Norte e do Sul. Alexis Tocqueville afirmaria em meados do século XIX que os colonos norte-americanos não se diferenciavam uns dos outros e não se notabilizavam por mecanismos de nobreza, quando aqui reinava uma espécie de diferenciação

“moral”, já que fundamentada na hierarquia colonizadora, o que terminava conspurcando qualquer iniciativa de estabelecimento de estruturas jurídicas ou legislativas sérias e impessoais.

Ainda sobre os norte-americanos, não se diga, porém, que isso só lhes trouxe benefício, já que os puritanos, herdeiros diretos da salvação em Lutero, negavam a alma aos negros e aos índios. Seu igualitarismo abalizou-se, sempre, pelos *White People*. Embora tenham adotado o escravismo também, portugueses viam, segundo Weffort, os negros como dotados da mesma universalidade cristã que os recebia na fé. Esse *radical* pensamento colonial dos EUA acabou sendo, ao longo do tempo, constituído e gestado como meio de vida institucional, com leis positivas de restrição aos lugares na sociedade. (O grande problema das cotas, aqui até hoje defendido por muitos e defenestrado por outros tantos, lá foi uma medida mais que necessária, dado o sectarismo e a mínima miscigenação, que era lida *quantitativamente*. Seria desnecessário dizer que diferente foi o que ocorreu na América portuguesa).

Para que essas questões sejam pensadas sob diferente viés, lembre-se o clássico texto de Antonio Candido sobre *Memórias de um sargento de milícias*, romance publicado em 1854. A distinção que faz da personagem e do ambiente criado por Manuel Antônio de Almeida tem paralelo imediato com o que tratamos aqui. Candido permite compreender de que forma o percurso da sociedade brasileira imprime, na fatura estilística do romance, um mundo “sem culpa” imerso em um “universo que parece liberto do peso do erro e do pecado”. Por isso, o remorso, como recurso intermediário entre a lei e a liberdade, não existe, pois é circunstanciado por uma eficácia de tipo pragmática (isso ainda explicaria complexos personagens do imaginário brasileiro, como Pedro Malasartes, corretamente estudado por Roberto da Matta). Diferente, portanto, da sociedade norte-americana, crivada por uma acomodação muito mais positiva da lei, “apertada” e que se fazia cumprir, segundo Candido, e geraria um contrapelo modelado pela “força punitiva do pecado exterior e do sentimento interior do pecado” (CANDIDO, 2004, p. 43). Tudo isso, agora, dá a entender com mais clareza um autor próximo do tempo de Manuel, nas paragens do norte, Nathanael Hawthorne, cujo livro *A letra escarlate* é contaminado positivamente por esses índices.

O esquema de Candido reflete muito bem os códigos sociais brasileiros, mas apenas no estrito campo, por assim dizer, macro-estrutural. Quando nos defrontamos com personalidades que expõem com acuidade sua própria visão de mundo, vemos que o eixo se

desloca, e que o quadro pintado pelo autor de *Formação* precisa de alguma nuance que dê conta dos detalhes.

Um desses autores é Carlos Drummond de Andrade, cujos poemas de sua chamada primeira fase servem para mediar esse pequeno, mas emblemático, conflito. Em alguns deles, Drummond carrega o eu-lírico de culpa, e se pensarmos que ele foi um dos autores que fizeram maiores referências ao catolicismo familiar, então, fica mais fácil entender o que acabo de dizer. Note com atenção os versos mordiscados aqui e ali do primeiro livro do poeta, *Alguma poesia*, cheios dessa tensão que a liberdade de poetar e o instante de se deflagrar com sua própria consciência mimetizam, denunciando momentos de culpa “atravessada”, ou mesmo, sublimações por isso mesmo provocadas. O “Poema de sete faces”, por exemplo, é calcado em torno de figuras antitéticas e cristãs. O anjo, que é torto, diz-lhe que seja *gauche*. Os versos finais são uma retomada das palavras ditas na cruz por Cristo e servem para indiciar, como no Gólgota, a fraqueza e o alijamento do controle do herói, fraturado desde a primeira estrofe. Tudo isso é contrastado pelos versos finais de embriaguês e um quase insucesso, um fracasso anunciado do herói, emoldurado pela lua e cujo conhaque o bota “comovido como o diabo”. Qual brasileiro pode se ver irremediavelmente livre dessa torturante constrição? Por outro lado, como não dizer que Candido está certo? Como não dizer, com ele, que, em geral, o comportamento do brasileiro replica seu esquema? A malandragem, ou o jeitinho, a distorção das práticas legais em favor de algum favorecimento, a proteção e o compadrio dos de “nossa casa” não seriam instâncias normativas disso até aqui discutido?

Ainda o signo da violência. Weffort nota que a nação brasileira só nasce, efetivamente, com as Bandeiras. Em um mapa publicado em Veneza, datado de 1556, no *Atlas delle navigazione e Viaggi*, de Giovanni Battista Ramusio, todo o interior do país recebe a inscrição “terra non descoberta”. Note-se que esse fato, em si mesmo, levou algum tempo até que essa constatação fosse dada como importante pelos portugueses, em parte, pelo fato de eles não disporem de gente que entrasse na terra, bem como de recursos econômicos, já que a mata era densíssima, os perigos, muitos e reais.

As Bandeiras foram um momento histórico fundamental na experiência brasileira. Raymundo Faoro chega a teorizar que o Brasil não existiria não fosse pelos bandeirantes: “o contorno territorial do Brasil se tenha, aos olhos da metrópole, como a luta pelo aniquilamento do Tratado de Tordesilhas. Mantido o estatuto, negociado com ignorância

geográfica pelas duas Coroas ibéricas, únicas herdeiras de Adão, o Brasil seria inviável” (FAORO, 2001, p. 182-183).

Agora que percorremos a longa trajetória do descobrimento à luz do que propunha Francisco Weffort, algumas conclusões se fazem necessárias a fim de terminarmos o périplo. A primeira pergunta que nos assoma é: o que tudo isso tem a ver conosco? Ou seja, quais as consequências mais imediatas dessa longa e imperativa história brasileira? Weffort tece algumas considerações de índole meta-historiográfica, que são bastante pertinentes, creio, dentro de algum parâmetro razoável de inteligibilidade.

Em primeiro lugar, os brasileiros são responsáveis pela sua história e pela forma como têm conduzido, hoje, sua vida coletiva. Isso parece um primado razoável, mas não é, historicamente falando, evidente. Vigé agora uma indefinição que atinge a todos, embora o brasileiro se pretenda, sempre, dar opinião, que é um direito seu, sobre tudo e todos, inclusive de si mesmo. O outro lado do Atlântico permaneceu nesse limbo por muito tempo, mas aqui, como disse Arantes, essa formulação permanece nossa maior distinção.

Quando indicamos que o esquema de Weffort apresenta alguma pertinência, quando lida pela ótica do brasileiro hoje, cabe ainda alguma consideração quanto aos processos de aculturação a que, tanto portugueses quanto indígenas e negros sofreram no país. A permanência da história, nesse sentido, é melhor sentida no momento em que se entende como os mecanismos dessa mesma história se configuraram no momento de conquista da nova terra. Caso contrário, a permanência do passado no presente da nação soaria como o “éter” da pergunta, corrente em tempos remotos (como viaja a luz no espaço?), vinda de uma profunda curiosidade com os fenômenos de ordem física, mas cuja resposta, embora tenha dado trabalho para ser encontrada, já não explica absolutamente nada. Profundamente ligado a alguns intérpretes do Brasil, como falamos, Weffort indica, acertadamente creio, o quadro personalista desse nosso tempo de formação. “Nesses primeiros tempos da história do Brasil, quase tudo parece ligar-se a pessoas. Impossível falar da conquista sem mencionar com uma frequência além do habitual em estudos históricos. Mais do que instituições, são as pessoas os maiores protagonistas dessa história. Não por acaso os estudiosos das genealogias familiares são fonte tão valiosa para o conhecimento dos primeiros séculos da colônia” (WEFFORT, 2012, p. 130).

Parte substancial dos capítulos subsequentes aos até aqui lidos é referência direta a essa exploração *personal* do território brasileiro. Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda observa que o domínio do espaço só pode dar-se em se observando a cultura local, porque em tudo os bandeirantes tinham falta. “Neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveriam habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos dos primitivos moradores da terra” (HOLANDA, 1994, p. 19). Foi, em outras palavras, uma maneira de adaptar-se, de encontrar apoio onde este homem, praticamente sozinho se constituía no caminho. A estratificação brasileira, em parte, se explica pelo nível de hierarquização com que se deu a colonização, isto é, “de cima para baixo como se formam os exércitos, a partir dos capitães” (WEFFORT, 2012, p. 171). Essa estratificação também se fazia sentir pelo forte aproveitamento da ideia de que o povo chegado, o “adventício” a que se refere Holanda, seria por si só superior, uma ideia que estava atrelada aos veios religiosos e militares, contíguos, no caso da nação portuguesa. “Pelo menos na Ibéria e na América Ibérica a religiosidade tem de ser entendida como parte fundamental da resposta. Aqui, um antigo padrão militar e religioso se fundiu na trama do poder político e social” (*Idem, Ibidem*).

Claro que, nesse fluxo contínuo de tomada de terra e expressão de poder, o dono da terra seria, por definição, o dono do poder, continuidade amparada diretamente pela violência constitutiva desse momento histórico. “Quem tivesse extensões de terra ou riquezas comerciais era também um ‘dono do poder’” (*Idem, Ibidem*). Historicamente essa característica da colonização foi-se cristalizando em formas heterogêneas de poder e de controle, amalgamadas na experiência humana dos três povos formadores da índole brasileira: “essa estrutura social projetou-se, em primeiro lugar, na aristocracia da colônia. Em épocas posteriores vieram alguns dos seus desdobramentos, na aristocracia do Império, na ‘guarda nacional’ e no ‘coronelismo’ da Velha República. De um outro modo, a estruturação militar da autoridade permaneceu como dado permanente da memória nacional, através dos *pronunciamientos* militares e das tradições caudilhescas das quais vem se alimentando o personalismo político característico da política brasileira de todos os tempos” (*Idem, Ibidem*, p. 176-178 Grifos do autor). Embora sem citar, Weffort acaba desdobrando uma descoberta feita pelo antropólogo Marcel Mauss, quando dizia dos hábitos e “técnicas do corpo”, termos tão bem aproveitados por outro autor caro à perspectiva dos estudos da colonização, o Alfredo Bosi de *Dialética da colonização*. Agora sim, pelos índices de violência cristalizada e

justificada pelas instituições criadas, esse *modus operandi* atravessou o tempo e arraigou-se na nação, como disse Weffort, até os dias de hoje.

A parte final do ensaio de Weffort tece considerações notáveis a respeito das relações entre os portugueses e os nativos. Como dissemos, aqueles homens vieram cheios dos “medos e [d]os mitos do imaginário medieval, mas foram, ao mesmo tempo, capazes de tomar como *tábula rasa* as terras e as gentes que conquistaram” (Weffort, 2012, p. 213). Compreensível, portanto, que, ao aqui chegarem, tenham pensado que tudo podiam, que tudo lhes era permitido, já que esses pensamentos eram permeados por uma “arrogância de origem”, ela mesma que “se manteve por muito tempo”. Essa história de longa duração é palpável pelas antenas de alguns documentaristas da época e depois por estudiosos conscientes de sua importância. Weffort, embora não explore com cuidado isso, pode ser sim colocado junto de historiadores que vêem a sociedade contemporânea como gerada e melhor herdeira da Idade Média, como Jacques Le Goff, por exemplo.

Conhecedores dessa história, eles mesmos sujeitos dela, os jesuítas tornaram-se, em alguns momentos, porta-vozes de um espírito diferente daquele sentido pela cultura puritana norte-americana: por isso, consciências tão trôpegas quanto a do padre Antonio Vieira, e outros jesuítas da época, que souberam forjar uma consciência de injustiça, longamente cometida pelos perpetradores coloniais. O que se enraizou nessa cultura nova foi uma espécie de lei da tradição, cujo apelo se dava pela “continuidade de valores” em relação à Coroa, constitutiva de “nosso caráter” e, mais importante, portadora de uma “peculiar capacidade de conviver em meio a tendências diferentes, e mesmo contraditórias, de comportamento” (*Idem*, p. 216).

Não são poucos os autores que aventam esperança similar à de Francisco Weffort. Assim sucede com Holanda, Freyre, Caio Prado, menos com Paulo Prado, mas persiste com Faoro, com Alfredo Bosi – embora este tenha restrições quanto à indústria cultural brasileira – continua com Antonio Candido e cinge-se de muita esperança em Roberto Da Matta. Mas Weffort acorda que esse ranço tradicionalista é uma barreira para uma espécie de recomeço do Brasil, já que se lamenta dessa longa permanência dos laços estreitos com a cultura portuguesa. Assim, fecha o livro com esse tom quase dramático que indica algum desgosto e uma muito boa vontade com as mudanças: “a nova sociedade não rompeu com o passado. Agregou-se a ele. E, porque cresceu com o correr dos tempos, absorveu-o. Fundiu-se com ele. A nova sociedade não superou a velha sociedade, mas a traz dentro de si. Tem sido assim

desde sempre. A nova sociedade nasceu da busca do futuro e persiste até hoje nessa busca. Mas jamais rompeu, não pelo menos inteiramente, seus vínculos mais profundos com a tradição” (*Idem*, p. 217).

Suspeito que essa última parte de seu texto esteja profundamente arraigada no pensamento romântico brasileiro. Mas há que medir em que profundidade essa assertiva se verifica nos rumos tomados por nós até hoje. Dada a grande e complexa sociedade brasileira, tem-se a impressão de certo exagero. Se os brasileiros de hoje podem pensar-se a si mesmos, se acham que podem pensar sua condição humana e existencial como povo, e como povo que tem uma história, então esse tipo de arcaísmo talvez não caiba mais, ou pelo menos deveria vir relativizado, lendo-se como possibilidade de auscultar outras portas de compreensão, como fizeram, por exemplo, Raymundo Faoro e Jorge Caldeira.

Não creio ser despropositado repensar a frase com que abro o texto, lida no prefácio escrito por Alfredo Bosi a respeito do nascimento da USP. Se origem não é determinação, também as origens do Brasil, se lidas em uma perspectiva *presente*, podem, hoje, indicar outros caminhos, encontrados neste homem complexo que é o brasileiro. Daí a oportuna esperança para que esses caminhos passados não asfalem (pelo menos não *para sempre*) os destinos da nação. Creio ainda não ser despropositado pensar que o livro, por isso mesmo, mereça um segundo volume, que poderia desdobrar essa e outras cobranças mais que lhe poderiam ser feitas. Por exemplo, como falamos de violência, Weffort não entende que, hoje, a violência de grupos de traficantes, o crime organizado propriamente dito, seja “uma projeção da violência daquela época [período colonial, que ele estuda], mas certamente a capacidade que esses grupos marginais têm de produzir violência de maneira organizada tem a ver com esta história. Eles não são finlandeses ou suecos, são como nós” (MACHADO, 2012, p. A8). De que forma, então, esse *habitus* se introjeta nos imperativos do povo, e de que forma essa herança é recebida por ele? São perguntas difíceis, e exigem não um, mas vários livros.

Na longa entrevista concedida ao repórter Cassiano Elek Machado, já citada, Weffort acena que o Brasil pós-1950 pode ser entendido como cenário favorável tanto à democratização quanto a novas perspectivas quanto ao futuro da nação. Nesta mesma entrevista, o autor aciona o outro mecanismo que deveria ser criticado e estudado, que é o corporativismo na sociedade brasileira. São promessas de análise bastante bem-vindas, já que nunca é tarde para se (re)conhecer como povo.

Bibliografia

- ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico na periferia do capitalismo” in: D’INCAO, Maria Ângela et SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo: Cia das Letras,
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. Ensaio sobre o Brasil. São Paulo: 34, 1999.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem” in: *O discurso e a cidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre azul, 2004, pp. 17-47.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e herois: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* in: SANTIAGO, Silviano (Org.). (v. 2).
- GIUCCI, Guilherme. *Viajantes do maravilhoso*. O novo mundo (Trad. Josely Vianna Baptista). São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. O deslumbramento do Novo Mundo (Trad. Gilson César de Souza). São Paulo: Edusp, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *Raízes do Brasil* in: SANTIAGO, Silviano (Org.). (v. 3).
- MACHADO, Cassiano Elek. “A capacidade prática deste país de fazer sem saber é enorme”, Entrevista de Francisco Weffort. *Folha de São Paulo*. 24 de dezembro de 2012, p. A8.
- MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo” in: *Antropologia e sociologia* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cosac&naify, 2003, pp. 401-425.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. A representação do índio de Caminha a Vieira. São Paulo: Edusp/Fapesp; Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2002 (3 v.).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos* (Trad. Rosa Freire de Aguiar). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro* (Trad. Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WEFFORT, Francisco. *Espada, cobiça e fé. As origens do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2012, 240p. (Ilustrado).